

**AS RÃS PEDEM UM REI (FEDRO):
UMA ABORDAGEM MORAL DA FÁBULA**

Miguél Eugenio Almeida (UEMS/UCG)
mealmeida_99@yahoo.com.br

RESUMO

Em “*As rãs pedem um rei (Fedro): uma abordagem moral da fábula*”, são analisados os aspectos literários, apontando-se notoriamente elementos da moral na organização social e política do Império Romano. A princípio, apresentam-se alguns dados biográficos do autor de *Fábulas*, Fedro (*20 a.C.; †± 44 d.C.). Em seguida, os elementos teóricos das fábulas nesse autor; e, na sequência, é analisada a fábula *As rãs pedem um rei*, verificando-se os elementos da moral implícitos nela.

Palavras-chave: Literatura latina. Fábula. Moral greco-latina.

1. Considerações iniciais

Diante da necessidade acadêmica voltada ao ensino do latim, refletimos, no caso, sobre a contribuição literária de autor clássico no Império Romano. Assim, somos desafiados a buscar, por meio dessa obra de literatura, a cultura subjacente da organização social e política nesse povo. Portanto, em “*As rãs pedem um rei (Fedro): uma abordagem moral da fábula*”, verificam-se aspectos literários que expressam notoriamente um pouco da moral da organização social e política no Império Romano.

Neste artigo, seguimos a seguinte ordem de apresentação: iniciamos com o levantamento de alguns dados biográficos do autor de *Fábulas*, Fedro (*20 a.C.; †± 44 d.C.). Em seguida, apontamos os elementos teóricos das fábulas nesse autor; e, na sequência, analisamos a fábula desse autor: *As rãs pedem um rei*, pontuando os elementos da moral implícitos nesta fábula.

2. **Tito Júlio Fedro e seu tempo**

Fedro nasceu próximo da Macedônia – Trácia –. Enviado para Roma, foi servir de escravo⁷ para o Imperador Augusto; percebendo nele as suas capacidades intelectuais, libertou-o e lhe oportunizou o aperfeiçoamento para o domínio do latim e das letras. Assim, na morte de Augusto, o fabulista de Roma ficou órfão e foi perseguido duramente pela elite política representada por Lúcio Sejano, assessor imediato de Tibério. Assim, após um longo processo, esse assessor de Tibério decretou o exílio contra Fedro, falecendo miseravelmente aos 64 anos. Ele compilou sua única obra: *Fábulas*.

O protetor de Fedro, Otávio Augusto, fortaleceu o seu governo no Império Romano, organizando um exército de 300 mil homens; mas, após sua morte, assumem outros governantes dessa dinastia, a saber: Tibério, no período de 14 a 37 d.C.; Calígula, no interstício de 37 e 41 d.C.; Cláudio, entre 41 e 54 d.C.; e Nero, entre os anos 54 e 68 d.C. (Cf. *Almanaque Abril*: CD-ROM, 2005).

Desse modo, o Império Romano busca ardentemente a sua expansão territorial, necessitando para tal empenhar todas as suas forças para constituir um exército de homens capazes ao domínio dos povos das mais vastas regiões distantes da sede imperial romana.

Destarte, o período da escravatura da História Geral, para Marx, emerge com a criação da propriedade privada dos meios de produção, dada pela invenção dos instrumentos de produção, repassada aos compradores/proprietários. Esses submetem aos não proprietários desses instrumentos, escravos, o trabalho escravagista. Esse tempo histórico marca o registro da legitimidade da escravidão do homem pelo homem, ou seja, o homem faz-se escravo de seu semelhante. Imediatamente vem a nós a indagação, quando tratamos de Fedro: quem é o seu semelhante escravocrata? Certamente é aquele que está no poder político do Império Romano. De outra forma, na condição de “escravo liberto”, “[...] Fedro sofre as consequências da indiscrição. É exilado por ordem de Sejano. O livro [*Fabulae*] é retirado da circulação, não podendo ser lido publicamente”. (CRETELLA JR., 1953, p. 90). Levantamos, no caso, a questão: por que Sejano toma essa atitude contra Fedro? Isso ocorre mediante a denúncia,

⁷ Cf. Flores (1996, p. 193b): “Escravo, indivíduo que entre os povos da Antiguidade, era reduzido à escravidão ao ser vencido e preso. Prática existente entre os romanos e povos germânicos”.

por meio da fábula, do comportamento opressivo dessa elite governante contra a liberdade de expressão do povo, para manifestar a sua crítica contra o poder dominante, como por exemplo, em “[...] A primeira fábula *Lupus et Agnis* é alusão evidente ao tirano. A cidade toda comenta o fato – Sejano é o lobo que com falsos motivos oprime os inocentes; Fedro está entre estes”. (*Idem, ibidem*).

No caso, a repercussão da obra *Fabulae* perante o público leitor, levou esses intérpretes estabelecerem relações sociais no cenário político da época. Isso causou, conforme apontamos acima, um mal estar aos detentores do poder constituído.

3. Traços das Fábulas de Fedro

Apresentamos neste ponto algumas noções básicas sobre a fábula em geral; em seguida, enumeramos alguns elementos estilísticos ocorrentes na obra desse autor.

A forma *fábula* vem do latim *fābŭla, -ae*, significando conversação, conversa. Logo, designa o objeto ou assunto de conversação, narração (Cf. FARIA, 1956, p. 368 a). A fábula é alegórica encerrando uma lição de ética quer apresentada em prosa, quer em verso. O antropomorfismo compreende naturalmente um dos traços fundamentais das fábulas, atribuindo aos outros seres ou objetos as atividades do espírito humano manifestando o sentir, o pensar e o agir. (CRETILLA JR., 1953, p. 91). Portanto, a finalidade da fábula é orientar moralmente o comportamento social, principalmente do gênero humano.

A medida da expressão do homem sobre si mesmo e sobre o mundo ocorre pela fábula manifestando o pensamento originante, ou ainda, de acordo com a estudiosa de fábula:

A fábula veio do conto, que, por sua vez, existe desde que o homem começou expressar-se através da fábula. A diferença entre eles não é que o conto relata fatos humanos e fábula, pequenas histórias de animais. Há muitos contos populares que falam de homens e animais, enquanto a fábula, por sua vez, relata fatos acontecidos a deuses, homens, animais e objetos em geral.

A fábula diferencia-se do conto quando o seu *contador* tira do fato relatado uma lição de moral. (SMOLKA, 1994, p. 06).

Assim, a fábula apresenta um fim da pedagogia social, visando modificar o comportamento social entre as pessoas. Ainda, quanto ao nascimento,

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A fábula teria nascido provavelmente na Ásia Menor e daí teria passado pelas ilhas gregas, chegando ao continente helênico. Há registros sobre fábulas egípcias e hindus, mas sua criação é atribuída à Grécia, pois é onde a fábula passa a ser considerada como um tipo específico de criatividade dentro da teoria literária.

Na Grécia, os primeiros exemplos de fábula datam do século VIII a.C. Isso nos mostra, é claro, que Esopo não foi o inventor de gênero, mas sim o mais conhecido fabulista na Antiguidade como autor e narrador dessas pequenas histórias. (*Idem, ibidem*, p.07).

Destarte, a fábula expressa o pensamento originante do homem diante da sua atitude de admiração, buscando o conhecimento dos fenômenos em geral. A expressão grega para designar *fábula* é “mytho”. É pela linguagem metafórica que o homem principia a busca do conhecimento de todas as coisas; pois, conforme o antropólogo,

Um mito diz respeito, sempre, a acontecimentos passados: ‘antes da criação do mundo’, ou ‘durante os primeiros tempos’, em todo caso ‘faz muito tempo’. Mas o valor intrínseco, atribuído ao mito provém de que estes acontecimentos, que decorrem supostamente em um momento do tempo, formam também uma estrutura permanente. Esta se relaciona simultaneamente ao passado, ao presente e ao futuro. (LEVI-STRUSS, 1975, p. 241).

Percebemos, no caso, além de outros elementos, o dado do tempo da duração perene do mito, transcendendo as delimitações do passado, do presente e do futuro. Este tempo expressa a essência do mito, manifestando o ser na sua magnitude.

Outro dado importante marcando as “Fábulas” (Fedro) é

o gosto da composição que é bem ordenada, da propriedade e clareza de expressão, sintetiza os mais variados conceitos em escorreita sintaxe clássica. Pela clareza e simplicidade faz lembrar o grande cômico Terêncio, seu presumível modelo. No arrojado de fórmulas morais lapidares esforçou-se por imitar o mimógrafo Públio Siro. (CRETELLA JR., *op. cit.*, p. 91).

Dessa forma, o fabulista primou pela clareza de expressão e pela sintaxe erudita, demonstrando a beleza estilística de sua obra.

Outra marca nas fábulas desse autor é a “[...] *amarga sátira* com desejo de vingança”. (*Idem, ibidem*, p. 92). Portanto, a sátira dele representa a sua revolta pela opressão causada a ele por Sejano, notoriamente.

Sob o aspecto da forma, “[...] Fedro, tendo escolhido para suas poesias o metro usado pelos cômicos, ou seja, o Senário Jâmbico, conseguiu atingir insuperável técnica no manejo desse tipo de verso”. (*Idem, ibidem*, p. 93). Todavia, a fim de ilustração, declinamos duas formas de

senário⁸:

Senário jâmbico puro. – Embora isso aconteça raramente, pode o verso senário (4) apresentar o pé jâmbico seis vezes consecutivas. Nesse caso, o senário toma o nome de *Senário Jâmbico Puro*. Exemplos:

Phāsē/ lūs il/ lē quēm/ vīdē/ tīs hōs/ pītes (Catulo). (*Idem, ibidem*, p. 93).

Outro tipo de senário:

Exceto no 6º pé, em todos os outros pode o jâmbico ser substituído pelo: espondeu (- -) em geral no 5º pé; dátilo (- v v) em geral no 1º e 5º pés; anapesto (v v -) em geral no 1º e 3º e tribraco (v v v) 4º pés; proceleumático (v v v v) só no 1º pé. Exemplos:

Aēsō;/ pūs aū/ actōr qu ām;/ mātērī/ām rēp/ pērīt

Hānc ěgō;/ pōlī/ vī vēr/ sībūs;/ sēnō/ rīs. (*Idem, ibidem*, p. 94).

Assim, apontamos os elementos básicos que identificam marcando a fábula em geral e a fábula na obra de Fedro.

4. A moral em *As rãs pedem um rei* (Fedro)

Antes de procedermos à análise, propriamente dita, da fábula *As rãs pedem um rei* (Fedro), comentamos brevemente sobre a organização dessa obra; em seguida, transcrevemos a mesma quer na versão em latim, quer na versão em português; e, por último, verificamos, por meio de comentário, os elementos da moral inferidos no contexto dessa fábula.

A obra de *Fedro* é composta de um conjunto de 5 livros, de um “apêndice-perotino” e de “paráfrases medievais”. O livro I contém 31 fábulas, exemplificando: *O lobo e o cordeiro*; *As rãs pedem um rei*; *A gralha soberba e o pavão*; *A gulodice do cão*; *As rãs para o sol*; *A raposa para a máscara*; *O lobo e a grou*; *Cães famélicos*; *A rã implodida e o boi*. No livro II, há 8 fábulas e o epílogo, ilustrando: *O sucesso dos maldosos*; *A águia e a gralha*. No livro III, há 25 fábulas e 2 epílogos; declinamos aqui duas fábulas: *De Sócrates para os amigos*; *O frango e a pedra preciosa*. No livro IV, há uma coletânea de 16 fábulas e um epílogo; exemplificando: *Acerca dos vícios humanos*; *Hércules contra a corrupção*; *As cabras de barba*. No apêndice, há uma variedade de 30 fábulas e um epílogo. Essa obra encerra com as “paráfrases medievais” contendo

⁸Cf. Cunha (1982, p. 714b): “SENÁRIO adj. Que contém seis unidades”.

30 fábulas. Portanto, essa obra totaliza 140 fábulas.

RANAE REGEM PETENTES

Athenae cum florēnt aequis legībus.
Procax libertas civitatem miscuit,
Frenūmque solvit pristinum licentia.
Hic conspirātis factiōnum partibus.
Cum tristem servitūtem flerent Attīci
(Non quia crudēlis ille, sed quoniam grave
Omne insuētis ōnus, et coepissent queri).
Aesōpus talem Tum fabēllam rettūlit.
Ranae vagantes libēris paludibus
Clamōre magno regem petiēre ab Iove,
Qui dissolutos mores vī compescēret.
Pater deōrum risit atque illis dedit
Parvum tigillum, missum quod subito vadis,
Moto sonoque terruit pavīdum genus.
Hoc mersum limo cum iacēret diutius,
Forte uma tacite profert e stagno caput
Et explorato rege cunctas evocat.
Illae, timore posito, certatim adnātant
Lignūmque supra turba petūlans insilit.
Quod cum inquināssent omni contumelia,
Alium rogāntes regem misere ad Iovem
Inutilis quoniam esset qui fuerat datus.
Tum misit illis hydrum, qui dente aspēro
Corripere coepit singulas. Frusta necem
Fugitant inertes, vocem praecludit metus.
Furtim igitur dant Mercurio mandata ad Iovem
Afflictis ut succurrat. Tunc contra duces:
“Quia noluitis vestrum ferre” inquit “bonum,
Malum perferte. “Vos quoque, o civis, ait,
Hoc sustinet, maius NE veniat malum.

(CRETELLA JR., *op. cit.*, p. 122-123).

A seguir, transcrevemo-la na versão em português:

AS RÃS PEDEM UM REI

Quando Atenas florescia sob leis equitativas, uma liberdade desatinada penetrou na cidade e assim a libertinagem rompeu os grilhões tradicionais.

Então, por revolta de segmentos facciosos, Pisístrato apodera-se da cidade como tirano.

Os Atenienses lamentam aquela tétrica servidão não tanto pela crueldade e, sim, porque todo gravame fica insuportável, quando se está acostumado à quilo.

Em razão disso Esopo narrou a seguinte fábula.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

As rãs, que vagueavam em pauis, sem fronteira, pediram, com intenso clamor, a Júpiter um rei que, com força, reprimisse os costumes dissolutos.

O pai dos deuses riu e deu-lhe um pedaço de pau que, arremessado, de improviso, na água, espantou as rãs medrosas com movimento e ruído.

Elas ficaram, por bom tempo, submersas no limo. Casualmente, uma em silêncio, eleva a cabeça sobre a superfície do lago. Examina, com cuidado, o rei e convoca as demais.

Aquelas, já afastado todo receio, nadam na direção do desafio. Então, o bando, com atrevimento, pula sobre o lenho que ficou coberto de insultos.

Enviaram postulantes até Júpiter a fim de pedir outro rei, pois o que lhes fora concedido era incompetente.

Ele lhes enviou uma hidra que, com dentes cruéis, começou a pilhar uma a uma. As indefesas rãs tentavam escapular, em vão, da morte. O medo lhes embarga a voz e, furtivamente, suplicam a Mercúrio para mediar socorro junto a Júpiter.

O deus do trovão replica:

“Já que não tolerastes o vosso bem, agentai, agora, até o fim o mal.”

Vós também, ó cidadãos, diz (Esopo):

“Suportai o mal de agora para que não sobrevenha outro pior.” (FEDRO, 2006, p. 42-43).

Esta fábula retrata o seguinte:

O segundo sentido das fábulas. – Mas os rumores e comentários continuam. Em cada fábula há um sentido oculto que é preciso descobrir. *Ranae regem petentes* é dirigida ao próprio príncipe. Rei e ministros estão sendo atacados. (CRETELLA JR., *op. cit.*, p. 90).

Diante disso, vem-nos a indagação: por que o “Rei e ministros estão sendo atacados” na Atenas antiga? Que reivindicação do povo ele deixa de atender? Estas e outras questões podem ser colocadas aqui. O que podemos depreender, no caso, é que Atenas, cidade estado da Grécia, implanta a democracia com a seguinte dimensão de poder:

Na Grécia antiga o termo [democracia] tinha conotação de reivindicação política, pois ‘o poder estava concentrado nas mãos de algumas famílias aristocráticas. Da democracia direta grega estavam excluídos os plebeus, os estrangeiros e os escravos. (FLORES, 1996, p. 172b)

Assim, a noção do reivindicar politicamente compreende o fundamento da democracia ateniense. Transferindo esta noção para a fábula, verificamos que as rãs (plebeus, estrangeiros e escravos) ficaram perdidas diante da liberdade democrática, ou seja, não sabiam como lidar com essa democracia. Reportemo-nos a narrativa: “Quando Atenas florescia

sob leis equitativas, uma liberdade desatinada penetrou na cidade e assim a libertinagem rompeu os grilhões tradicionais”. (linha 1-3). Dessa forma, para conter essa “libertinagem” ocorrente em Atenas, surge o tirano Pisístrato – Rei reivindicado pelas rãs. O tirano, nessa democracia, não tem a mesma conotação que atribuímos hoje, ou conforme o latinista: “2. *Tyrannus*: tirano. Não possui o sentido de mau, de violento que hoje lhe damos. Por exemplo, o rei Édipo (de que nos deixou Sófocles a mais perfeita tragédia) era tirano”. (CRETELLA JR., *op. cit.*, p. 123).

Nesta narrativa, Pisístrato coloca-se como tirano no meio dessa democracia “desenfreada”; porém, conforme a nota do tradutor de Fedro, ele está entre os bons tiranos, vejamos: “(3) Depois da guerra de Peloponense, os lacedônios impuseram aos atenienses trinta tiranos. Pisístrato, [...] filho de Atenas, foi político de excepcional valor, elogiado até por Aristóteles”. (FERACINE, *op. cit.*, p. 42). Diante disso, Pisístrato (Rei – hidra) corta o excesso de liberdade reivindicatória da plebe, dos estrangeiros e dos escravos (rãs), ou de acordo com esta fábula: “Ele lhes enviou uma hidra que, com dentes cruéis, começou a pilhar uma a uma. As indefesas rãs tentavam escapular, em vão, da morte”. (linha 24-25).

O ser humano tem, em certa medida, dificuldade de moralizar livremente as suas atividades em geral, porque se depara com uma complexidade moral mediante as diversidades de posições de entendimento referente ao fim último da moral. Destarte, “a) *A moral é a ciência que define as leis da atividade livre do homem*. Poder-se-ia ainda dizer [...] que *a moral é a ciência que trata do uso que o homem deve fazer de sua liberdade para atingir seu fim último*. (JOLIVET, 1961, p. 372). Assim, o moralizar o uso da liberdade humana implica o conhecer fundamentalmente a natureza humana. O homem vive não somente em uma relação para consigo mesmo, mas numa relação para com o outro e para com o Absoluto; todavia, manifestando as mais importantes dimensões antropológicas do seu ser, listando: “[...] desde a corporeidade à vida, do conhecimento à liberdade, da cultura à linguagem, da sociabilidade à arte, da técnica até a religião”. (MONDIN, 1980, p. 06).

Para tanto, cabe ao homem conhecer-se desde a sua superficialidade corpórea até a sua profundidade teleológica, ou seja, o fim último do seu ser – FELICIDADE –. O ser feliz é o ser pleno na instância do momento vivido. Na medida em que o homem indaga sobre o seu estado de vida, ele está rompendo com esse marasmo, mesmice do seu modo de viver, ou de acordo com a fábula em questão: “As rãs, que vagueavam em pauis, sem fronteira, pediram com intenso clamor, a Júpiter um rei

que, com força, reprimisse os costumes dissolutos”. (linha 10-12).

Neste caso, as rãs – plebeus, estrangeiros e escravos – percebem o estado de vida social, rompendo a partir da consciência social evidenciada pelo descontentamento geral. Em seguida, reivindicam democraticamente o pedido de um novo governante – Rei -, para que desse uma orientação de vida social. Esse rei deveria responsabilizar-se pela direção moral em sociedade. Cabe aos deuses do Olimpo o envio do “Rei”. Outrossim, seguindo a tradição religiosa pagã dos gregos, verificamos uma certa aproximação ideológica com a seguinte diretriz filosófica cristã:

A obtenção da beatitude é possível a todos e obrigatória para todos.

1. **É possível a todos.** – Com efeito, todos os homens desejam a felicidade. Ora, repugna que um desejo *natural* não possa atingir seu fim, porque a *natureza vem de Deus* e produz em suas tendências profundas uma ordem desejada por Deus.

2. **É obrigatório para todos.** – O homem, como tudo que existe, é feito para Deus, e, para ele, tender para seu fim, isto é, para Deus, é conformar sua vontade ao fim necessário de toda a criação. O homem não pode, assim, renunciar a seu fim, sem violar a ordem estabelecida para Deus, quer dizer, a ordem natural das coisas, segundo a qual tudo deve estar subordinado ao princípio do ser. (JOLIVET, *op. cit.*, p.382).

Diante disso, compreendemos que o homem está destinado a felicidade eterna, determinada por Deus, porque a sua natureza lhe revela esta condição natural de transcendência. No caso dessa fábula, a condição humana está prescrita pela fala dos deuses do Olimpo: “Suportai o mal de agora, para que não sobrevenha outro pior” (linha 32), ou seja, a superação do mal menor vigente, mediante a paciência, é a condição natural de superação da mesma, ante a desobediência dessa ordem natural, possibilitando a vinda de outro mal. O homem está predestinado a ter sua condição de bem estar geral, ou seja, ele está a serviço dele mesmo, transcendendo pelo processo de evolução para o aprimoramento da sua vida, orientada pelas diretrizes da essencialidade do Ser Absoluto. A paciência, a determinação e a sabedoria, entre outras, são as virtudes necessárias ao homem para a busca da autotranscendência.

5. *Considerações finais*

A liberdade é a medida da democracia; mas, para verificá-la, devemos buscar os dados abrangendo notoriamente os fatores históricos, sociais e culturais de um povo, determinado pela situação do estado de-

mocrático desse povo.

Desse modo, em *As rãs pedem um rei*, Zeus e Júpiter são os responsáveis pelo encaminhamento dos governantes atenienses (Rei – Pisístrato e seus ministros), com o fim de ouvir os pedidos reivindicatórios do povo (rãs). A democracia ateniense, nesse caso, é medida pela atenção do governante escutando o povo nas suas reivindicações.

Assim, a moral da fábula encaminha-nos a reflexão do sentido da busca das virtudes necessárias para alcançar o bem em geral. O bem que separa os vícios dos hábitos socialmente compartilhados. Certamente, a maior virtude, nessa fábula, é a paciência que espera, por meio da observação atenta, os ditames da razão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMANAQUE Abril: história geral. CD-ROM 2005.

CRETELLA JR., J. *Latim para o ginásio*: 3ª e 4ª séries. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1953.

CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

ESOPO. *Fábulas completas*. Tradução, introdução e notas por Neide Cupertino de Castro Smolka. São Paulo: Moderna, 1994.

FARIA, E. *Dicionário escolar latino-português*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material de Ensino, 1956.

FEDRO, T. J. *Fábulas*: texto integral. Tradução de Luiz Feracine. São Paulo: Escala, 2006.

FLORES, M. *Dicionário de história do Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

JOLIVET, R. *Curso de filosofia*. Tradução de Eduardo Prado de Mendonça. 5. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1961.

LEVI-STRAUSS, C. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

MONDIN, B. *O homem: quem é ele?* Elementos de antropologia filosófica. Tradução de R. L. Ferreira e M. A. S. Ferrari. São Paulo: Paulinas, 1980.